

Centro Universitário de Brasília

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Trabalho de conclusão de curso

**Representatividade LGBTQI+ nas narrativas audiovisuais “A Casa  
Coruja”, “Hora de Aventura”, “She-ra e as Princesas do Poder” e “Steven  
Universo”**

Camila Carvalho Furtado

Brasília - DF

2022

Centro Universitário de Brasília

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Trabalho de conclusão de curso

**Representatividade LGBTQI+ nas narrativas audiovisuais “A Casa  
Coruja”, “Hora de Aventura”, “She-ra e as Princesas do Poder” e “Steven  
Universo”**

Camila Carvalho Furtado

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências da  
Educação e Saúde – FACES do UniCEUB como  
requisito parcial da conclusão do curso de Psicologia.

Orientadora: Ma. Izabella Rodrigues Melo

Brasília – DF

2022

**Folha de avaliação**

Autora: Camila Carvalho Furtado

Título: A representatividade LGBTQI+ nas narrativas audiovisuais “A Casa Coruja”, “Hora de Aventura”, “She-ra e as Princesas do Poder” e “Steven Universo”.

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Izabella Rodrigues Melo

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Mara Aparecida Lissarassa Weber

---

Prof. Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Brasília – DF

2022

## **Agradecimentos**

Este trabalho é completamente dedicado à minha melhor amiga Ju, que coincidentemente também é minha irmã. Sou muito grata por todo apoio e encorajamento que ela me dá em todas as dimensões e artes da minha vida. Agradeço por ela ter me mostrado que vale à pena lutar pelo amor que queremos vivenciar.

Agradeço aos meus pais e todo apoio e amor incondicionais. Sem eles ao meu lado, creio que o mundo não seria tão colorido do jeito que é.

Ao Marcus Vinícius, por aguentar minhas reclamações e cansaços ao longo do processo, sempre estando ao meu lado me dando forças e energia para continuar.

À minha orientadora de muito estilo, Izabella. Por fazer esse processo de pesquisa ser mais prazeroso e por aguentar minhas procrastinações. Agradeço pela confiança em mim e por sempre me encorajar em ir à procura do que eu quero.

À Gabriela S., por ter caminhado ao meu lado e me mostrado várias facetas do amor. Por me ajudar a perceber que a minha sensibilidade, a qual eu achava que era minha fraqueza, na verdade, é aquilo que me move.

Meus agradecimentos a todas as pessoas que estão ao meu lado, encorajando-me diariamente a seguir meus sonhos, não importando quão impossíveis eles pareçam.

*Não lemos e escrevemos poesia porque é bonitinho. Lemos e escrevemos poesia porque somos membros da raça humana e a raça humana está repleta de paixão. E medicina, advocacia, administração e engenharia, são objetivos nobres e necessários para manter-se vivo. Mas a poesia, beleza, romance, amor... é para isso que vivemos.*

*Sociedade dos Poetas Mortos, 1990*

## Resumo

A comunidade LGBTQI+ tem ganhado cada vez mais visibilidade e espaço em narrativas audiovisuais. Os discursos culturais vinculados à mídia e a cultura popular têm grande influência sobre a construção de identidades, trazendo percepções de como habitar e desabitar o mundo, possibilitando construir histórias com caráter político, social, econômico e estético. Ao estabelecer formas de consumo que permeiam os discursos da sociedade, torna-se possível a identificação do público com a produção midiática e a ressignificação de suas próprias experiências. A presente monografia teve como objetivo identificar a qualidade de representatividade tida nas narrativas midiáticas “A Hora de aventura”, “Steven Universo”, “A Casa da Coruja” e “She-ra e as Princesas do Poder” por pessoas que se identifiquem como membros da comunidade LGBTQI+. Foi realizada uma pesquisa qualitativa com 6 participantes LGBTQI+ maiores de 18 anos que assistiram trechos das animações citadas que continham referências de personagens LGBTQI+. Foi realizada uma entrevista semiestruturada para guiar a discussão acerca da representatividade nas narrativas audiovisuais. A entrevista foi realizada no Google Meet com a duração mínima de 30 minutos. As informações foram analisadas a partir da lente da Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2007) e utilizou-se o método da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para a análise de dados. O objetivo da pesquisa foi alcançado, as participantes não se sentem totalmente representadas nas narrativas midiáticas apresentadas, pela escassez da diversidade de outras letras da comunidade. A qualidade da representatividade dessas narrativas foi analisada como satisfatória pelas participantes, tratando temas LGBTQI+ de forma leve e naturalizando as diversidades humanas. Percebe-se uma evolução na qualidade dessa representatividade, porém ainda é algo em desenvolvimento que precisa de maior atenção.

Palavras-chave: LGBTQI+; representatividade; narrativas audiovisuais; Teoria das Representações Sociais; Análise de Conteúdo.

## Abstract

The LGBTQI community has gained more and more visibility and space in audiovisual narratives. Cultural discourses linked to the media and popular culture have great influence on the construction of identities, bringing perceptions of how to inhabit the world, making it possible to build stories with a political, social, economic and aesthetic character. By establishing forms of consumption that permeate the discourses of society, it becomes possible to identify the public with the media production and the resignification of their own experiences. This research aims to identify the quality of representativeness in media narratives as “Adventure Time”, “Steven Universe”, “The Owl House” and “She-Ra and the princesses of power” by people who identify themselves as members of the LGBTQI+ community. A qualitative research was carried out with 6 LGBTQI+ participants older than 18 years who watched excerpts from the aforementioned animations containing references from LGBTQI+ characters. A semi-structured interview was conducted to guide the discussion about representation in audiovisual narratives. The interview was conducted at Google Meet with a minimum duration of 30 minutes. The information was analyzed through the lens of the Theory of Social Representations by Moscovici (2007) and the Content Analysis (Bardin, 2011) method was used for data analysis. The objective of the research was achieved, participants do not feel fully represented in the media narratives presented, due to the scarcity of the diversity of other letters in the community. The quality of the representativeness of these narratives was analyzed as satisfactory by the participants, treating LGBTQI+ themes lightly and naturalizing human diversities. There is an evolution in the quality of this representativeness, but it is still something in development that needs more attention.

Key-words: LGBTQI+; representativeness; audiovisual narratives; Theory of Social Representations; Content Analysis.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CFP: Conselho Federal de Psicologia
- GALE: Grupo de Ação Lésbica-Feminista
- GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais
- INAMPS: Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
- LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
- LGBTQI+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais e mais (+)  
para outras sexualidades e identidades de gênero que não estão presentes e representando o acolhimento às diversidades e potencialidades do surgimento de novas identidades e expressões
- MHB: Movimento Homossexual Brasileiro
- TRS: Teoria das Representações Sociais
- RS: Representações Sociais
- SAPP: She-ra e as Princesas do Poder

## Sumário

<b>Agradecimentos</b> .....	4
<b>Resumo</b> .....	6
<b>Abstract</b> .....	7
<b>Lista de abreviaturas e siglas</b> .....	8
<b>Introdução</b> .....	10
Justificativa e objetivos.....	16
<b>1. Contextualização histórica do movimento LGBTQI+</b> .....	17
<b>2. O Construcionismo Social e a Teoria das Representações Sociais</b> .....	21
<b>3. Método</b> .....	24
3.1 Participantes.....	25
3.2 Instrumentos.....	26
3.3 Procedimentos.....	26
<b>4. Resultado e Discussão</b> .....	30
4.1 A naturalização da comunidade LGBTQI+ .....	31
4.2 O estigma sexual e o incômodo com os estereótipos .....	36
4.3 Ok, mas e as identidades de gênero?.....	40
4.4 Representatividade é para todos!.....	43
<b>Considerações Finais</b> .....	45
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	48
<b>ANEXO I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	53
<b>ANEXO II: Roteiro da entrevista semiestruturada</b> .....	59

## Introdução

Nos últimos anos, a humanidade tem presenciado o crescimento e fortalecimento de movimentos político-sociais, entre eles o movimento LGBT, sigla oficial para uso em território brasileiro definida na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2008 (Facchini, 2009). Muitos desses movimentos vêm conquistando seus espaços devido ao surgimento de outras formas de militância da atualidade, tal como recursos de comunicação, principalmente em meio virtual. Por meios de comunicação, pode-se englobar tanto as redes sociais virtuais (Instagram, Twitter, TikTok, WhatsApp, Facebook, etc.) quanto redes de *streaming* (Netflix, Crunchyroll, Amazon Prime, Disney +, Globo Play, etc.).

A comunidade é muito diversa e é comum que ainda surjam algumas dúvidas sobre o que significa cada nomenclatura para sexualidades (interesse afetivo-sexual) e identidades de gênero (como a própria pessoa se identifica). A fim de situar a leitura, algumas letras devem ser explicadas, mesmo que superficialmente. Lésbicas (L) são as mulheres que se atraem de modo afetivo ou sexual por pessoas do mesmo sexo; Gays (G) são homens que se atraem de modo afetivo ou sexual por pessoas do mesmo sexo; os Bissexuais (B), inicialmente eram vistos como aqueles que se interessavam por “ambos os sexos”, mas com toda a discussão sobre a variedade de gênero, eles não mais se restringem a uma visão polarizada de homem e mulher, mostrando interesse afetivo-sexual por qualquer pessoa independente do sexo/gênero.

A partir dessa discussão cria-se a nomenclatura Panssexual (P) que se refere à pessoa que tem interesses afetivo-sexuais “não-monossexuais”, ou seja, que não se interessam por apenas um gênero. Acredita-se que a diferença entre o bissexual e panssexual seria apenas a nomenclatura, já que “bi” dá ideia de que há somente dois sexos possíveis e o pan veio para reconstruir o nome. O Transexual (T) é a pessoa que não se identifica com o gênero

designado ao nascer; Queer (Q) é a pessoa cuja sexualidade não se restringe ao padrão heterossexual e prefere não se restringir a uma categoria específica de gênero e/ou sexualidade; Intersexo (I) são pessoas cujas características físicas, genéticas e/ou hormonais não se encaixam totalmente na definição de “masculino” ou “feminino”. As diversidades não acabam por aí. Ao longo da discussão sobre o tema, outros termos serão esclarecidos.

Segundo o Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (2020), o termo LGBTQI+ é a mais aceita na contemporaneidade entre as lideranças do movimento. É muito importante que todas as identidades de gênero e orientações sexuais se sintam representadas ao se referir à comunidade que fazem parte. Segundo Bortoletto (2019), com a comunidade adquirindo mais voz ao longo da história, tomando espaços de ruas, casas, parlamento e outros lugares que antes era inaceitável sequer citar sobre isso, o movimento vem se mostrando cada vez mais complexo ao longo de sua luta.

No Brasil, o movimento LGBTQI+ ganhou sua força, principalmente, a partir de movimentos contrários à ditadura militar, no fim dos anos 70, e dando sua continuidade durante o processo de redemocratização no país. Foi nesse momento que bandeiras contra o preconceito, clamando pelo tratamento igualitário e respeito a todas as formas de amar foram erguidas, dando voz, futuramente, aos reprimidos da grande epidemia do HIV-Aids nos anos 90. Além de enfrentar um grande obstáculo, o movimento também lutou pela extensão dos direitos civis, impulsionada pela constituição de 1988. Uma grande conquista para o movimento foi a criação da primeira ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transgêneros) em 1995. Uma Conferência Nacional GLBT inédita foi realizada em Brasília em 2008, o que fez o Brasil ser o primeiro país a promover uma atividade com esse intuito. Foram mais de 10 mil pessoas presentes e registraram-se 510 propostas avaliadas em etapa nacional, uma delas, a mudança da sigla GLBT para LGBT, trazendo as Lésbicas para frente dando visibilidade às mulheres, dialogando com o movimento feminista (Facchini, 2009).

Nota-se que as discussões referentes à sigla não cessaram. O aumento da sigla tem o intuito de representar e visualizar todas as identidades de gênero e sexualidades que vão requisitando seu espaço na comunidade e na própria sociedade. LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexualidade, outras identidades de gênero e orientações sexuais não inclusas na sigla) é o termo que muitos da comunidade utilizam para se identificar atualmente. Há outras discussões e fontes informais que revelam que a sigla, para ser mais completa, também poderia ser mudada para LGBTQQICAAPF2K+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polisssexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink) (Jordão, 2021).

Com certeza há outras identidades de gênero e sexualidades que não estão presentes na sigla, mas que da mesma forma devem ser respeitadas pela sua subjetividade, individualidade e pluralidade, esperando-se que algum dia um termo ou sigla possa representar por completo todas as expressões da comunidade sem deixar ninguém para trás. Ao longo do presente estudo foi utilizada a sigla LGBTQI+, tendo como base a referência de Meneses, Reis, Duarte e Baére (2020) em publicação do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal sobre os cuidados relacionados ao acolhimento de pessoas dessa comunidade nos serviços de saúde.

A representatividade da comunidade LGBTQI+ vem se tornando ainda mais visível nas narrativas audiovisuais infantojuvenis, mesmo que muitas vezes de forma sutil. Mesmo que o cenário audiovisual ainda seja predominantemente heterossexual (interesse ou atração afetivo-sexual pelo sexo/gênero “oposto”), branco, cisgênero (identificação com o sexo biológico com o qual nasceu) e masculino, as representações que não estão ancoradas nesse padrão vêm se tornando ainda mais visíveis, conquistando seu espaço (Lima et. al, 2022)

De acordo com Kellner (2001), os textos culturais vinculados à mídia têm o poder de influenciar comportamentos e construções de identidades, moldando a vida diária daqueles que acessam tal meio, podendo ter influência, também, sobre lutas políticas e sociais. Muitos elementos como a moda, a música popular etc. são moldados por uma sociedade dominada pelo discurso fictício de uma sociedade que está cada vez mais dominada pela mídia. Estes discursos apresentam elementos que induzem as pessoas a se identificar com certas opiniões, sentir certos afetos e emoções, a ter certas atitudes, etc. Há também aqueles que podem negar ou atacar tal discurso manifestado pela mídia, sendo também uma forma de construção da identidade, aceitando certos valores ou opondo-se a modelos dominantes.

Apesar de autores como Lima et. al (2022) reforçarem a ideia de que a mídia tem seu poder de construir modelos de comportamento, influenciando sobre processos de subjetivação e identidade, há ainda uma grande lacuna quando se fala em diversidade de representações. É muito importante que os estereótipos sobre o que é ser mulher ou homem, fêmea ou macho, sejam contestados, podendo revelar como eles estão construídos em uma matriz heterossexual de poder. Nas próprias narrativas midiáticas já é possível notar algumas mudanças e tentativas de ruptura sobre esse modelo, a partir de representações de personagens que não seguem padrões binários de gênero (mulher e homem) e/ou sexualidade (heterossexual e homossexual). Desse modo, abrange-se a diversidade sobre processos de subjetivação, tornando visível as demasiadas formas de ser.

Sob a perspectiva do Construcionismo Social, a construção do conhecimento social é entendida a partir de uma articulação entre o compartilhamento de entendimentos de períodos históricos anteriores, como esses entendimentos se articulam atualmente e como eles poderão vir a existir no futuro. Esse processo compreende a ideia de como as pessoas descrevem, compreendem e dão conta do mundo no período em que vivem. Em outras palavras, o processo de compreensão acontece a partir do intercâmbio ativo, interpessoal e cooperativo

de ideias e conceitos. Essa transformação nos significados pode ser percebida, como por exemplo, no conceito de infância e como foi algo transformado e modificado ao longo dos anos, assim como os conceitos de gênero e sexo (Gergen, 2009).

A partir da cultura da mídia também são fornecidos muitos materiais para que a pessoa construa um senso de classe, etnia, sexualidade, nacionalidade, “nós” e “eles”, entre outros discursos. Os instrumentos midiáticos como a televisão, o celular, o computador, canais de *streaming* e a internet em geral, conseguem fornecer diversos modelos sobre o que é ser mulher ou homem, o que é bem ou mal, bem-sucedido ou fracassado, bonito ou feio, etc. e a partir disso, um discurso é compartilhado a nível global, sendo criador de identidades e de aspectos da sociedade, produzindo um novo modelo de cultura global (Kellner, 2001).

Milani (2017) enfatiza a construção e desconstrução de diversos estigmas sociais a partir do discurso publicitário. A tecnologia permite a aproximação de ideias, encurtando suas distâncias espacial e temporal. Em vez de tornar discursos mais homogêneos, dá-se a oportunidade de torná-los ainda mais heterogêneos, pois as pessoas são emancipadas a conhecer outros modos de ver o mundo, possibilitando novas formas de identificação, o que gera uma problemática para uma sociedade que visa domar os corpos e as individualidades.

A cultura não é uma estrutura linear e harmoniosa, mas repleta de “choques” e inconstâncias. As mudanças surgem espontaneamente e novidades são disseminadas a todo instante, principalmente devido à facilidade da atual era digital. A globalização está acontecendo em um cenário muito mais propício ao desenvolvimento dos meios digitais de comunicação e que, muitas vezes, estão servindo de base para a formação e fortalecimento de certos vínculos sociais. De fato, a mídia é a criação de um novo território que fornece o suporte material (concreto ou imaterial) para que seja possível a comunhão entre pessoas, possibilitando o processo de identificação (Milani, 2017).

Percebe-se que a representatividade do movimento LGBTQI+ está lentamente se inserindo na cultura pop de narrativas audiovisuais infantojuvenis. Em desenhos como Steven Universo, She-ra e as Princesas do Poder, Star vs as Forças do Mal, Hora de Aventura, A Casa Coruja, Avatar: A Lenda de Korra, Miraculous: As Aventuras de Ladybug e Cat Noir e muitos outros desenhos da cultura *pop*, a audiência percebe a apresentação das diversidades de gênero e sexualidade, porém nota-se que nem todos ficam satisfeitos com tal posicionamento.

A cultura pop, espaço onde são compreendidas as narrativas supracitadas, por mais que tenha um objetivo mercadológico e seja desenvolvida por preceitos publicitários, detém um espaço como forma de compreensão e representação da realidade que também representa um importante espaço para a emersão de lutas sociais. Além disso, levando em consideração sua alta visibilidade e consumo, tem a possibilidade de desencadear afetos e relações que se entrelaçam com as discussões sociais. O pop traz percepções de como habitar e desabitar o mundo, possibilitando construir histórias com caráter político, social, econômico e estético, assim estabelecendo formas de consumo que permeiam os discursos da sociedade, tornando possível a identificação do público com a produção midiática e ressignificando suas próprias experiências. Por esse estilo cultural, especificamente se referindo aos desenhos animados, ao englobar um grande público e alta potencialidade de identificação com seus consumidores, ao mesmo tempo em que abre espaço para a reconfiguração de práticas sociais e culturais, percebe-se uma grande importância de como seus conteúdos impactarão na esfera pública e também no universo singular de cada espectador (Machado, Gonzatti & Esmitez, 2018).

A representatividade vem da ação de representar uma ideia em comum de um grupo, uma classe ou uma nação a partir da adesão e participação destes que estão sendo representados. A importância de inserir modelos de representação na mídia se explica a partir da possibilidade de aproximar o público-alvo não pela apresentação de seus modelos

estereotipados e exemplares, mas sim pela desconstrução deles e pela visibilidade das diversidades (Bristol, Pozzebon, & Frigo, 2017). Assim, segundo Scott (2005), é reconhecida a importância da representatividade, pois deste modo há a manutenção entre o princípio da igualdade e o direito à diferença, mostrando que ambos não são elementos opostos, mas sim interdependentes e que estão em constante tensão construtiva.

### **Justificativa e objetivos**

No grande universo ficcional que é a mídia, personagens que fogem de qualquer padrão heteronormativo (padrão o qual a heterossexualidade e visões de gênero binária são consideradas dominantes) são tidas como secundárias, colocando-as em um subtexto representacional. Esse fenômeno reforça a importância de analisar as representações que se diferem do padrão heteronormativo e como elas permitem produzir algum nível de representação para as diversas identidades de gênero e sexualidade nas narrativas midiáticas (Lima et. al, 2022).

O presente estudo teve como objetivo geral caracterizar a qualidade da representatividade tida nas narrativas midiáticas “Hora de aventura”, “Steven Universo”, “A Casa Coruja” e “She-ra e as Princesas do Poder” por pessoas que se identifiquem como membros da comunidade LGBTQI+. Neste caso, por qualidade se entende o quanto as pessoas dessa comunidade se sentem representadas, sendo de forma positiva ou negativa, pelas personagens e modelos apresentados nas narrativas citadas. Como objetivos específicos, buscou-se compreender, através dos discursos, os dados subjetivos que circundam a questão da representatividade na mídia em geral, buscando também formular e refletir sobre maneiras de abordar o assunto na sociedade, permitindo a inclusão e reconhecimento desse grupo minoritário.

A hipótese para essa pesquisa era que as participantes se sentissem bem representadas nas narrativas apresentadas, por abordarem o tema de forma que não causasse algum tipo de

desconforto para elas. Tinha-se também como hipótese que as participantes comentassem sobre a evolução das representatividades nas narrativas midiáticas, enfatizando como a comunidade LGBTQI+ vem ganhando espaço nas produções midiáticas.

### **1. Contextualização histórica do movimento LGBTQI+**

O movimento LGBTQI+ tem uma história recente de resistência e luta pelo seu espaço na sociedade brasileira. O final da década de 1970 foi marcado por uma época de busca crescente por visibilidade e cidadania, buscando o resgate da justiça social, liberdade pública e participação política. Foi nesse momento em que diversos movimentos sociais eclodiram buscando o reconhecimento de suas identidades, destacando-se, em 1978, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) (Green, Quinalha, Caetano & Fernandes, 2018).

Em outros países da América Latina e no mundo todo, o movimento homossexual já eclodia fortemente entre os jovens da década de 60, porém a ditadura no Brasil era um fator que criava obstáculos para a expressão da comunidade LGBTQI+ e atrasava os efeitos dessa libertação que acontecia no mundo todo em seu território (Green et al., 2018). Nessa época, houve uma grande expansão dos meios de comunicação que possibilitou a circulação nacional dos discursos sobre a sexualidade, desconstruindo cada vez mais a fronteira gênero-sexo-corpo (Veras, 2018).

A imagem homossexual e transexual estava sofrendo transformações e ressignificações a partir de quando esses “universos” tomaram parte da vida cotidiana, despertando a curiosidade do público em programas de televisão e jornais. Eles não dependiam mais de épocas carnavalescas para fazer parte da vida social e econômica do país, diferente de como era na época de 1970, pois sua visibilidade na sociedade estava finalmente começando a ser conquistada (Veras, 2018). Nesse contexto, é importante levar em consideração o movimento homossexual internacional e o ativismo norte americano entre as décadas de 1960 e 1970. A Revolta de *Stonewall*, em 1969, foi uma das mais marcantes para

a reviravolta da vergonha para o orgulho, do medo para as afirmações de identidade. Foi justamente quando os frequentadores do Bar de *Stonewall*, em Nova York, decidiram mostrar resistência à força policial que os reprimiam (Feitosa, 2018).

O primeiro jornal homossexual brasileiro foi criado em abril de 1978. O jornal “Lampião da Esquina” (chamado também de “Lampião”) era claramente engajado nas lutas travadas pela imprensa alternativa e dirigido ao público homossexual e produzido também por pessoas homossexuais (Green et al., 2018). Outros programas como conversas sobre sexo no programa “TV Mulher”, da Rede Globo, a coluna sobre feminismo de Rose Marie Muraro no jornal “O Povo”, são outros exemplos da expansão midiática que impulsionavam a visibilização de mulheres, homossexuais e transexuais (Veras, 2018).

Em 1979, a polícia do Rio de Janeiro lançou um inquérito contra os editores do jornal, acusando-os de violar a legislação da imprensa, indo contra “a moral e os bons costumes”, mesmo a censura midiática tendo relaxado naquela época e mesmo a homossexualidade não sendo sequer mencionada no código penal brasileiro. Porém, nessa situação, foi o Sindicato dos Jornalistas que ofereceu todo apoio, colocando seus advogados em defesa do jornal. Essa atitude reforçou o apoio sobre as pessoas homossexuais, legitimando suas demandas e dando reconhecimento e voz à comunidade (McRae, 2018).

Após o lançamento do Lampião, grupos de artistas, intelectuais e profissionais liberais começaram a realizar reuniões semanais em São Paulo a fim de discutir sobre as implicações sociais e pessoais que a orientação sexual trazia para as vidas delas. A primeira manifestação pública desse grupo foi com uma carta aberta endereçada ao Sindicato dos Jornalistas, protestando contra as representações difamatórias que alguns jornais faziam da comunidade homossexual. Em 1979, o mesmo grupo (nomeado “Somos” - Grupo de Afirmação Homossexual) fez outra aparição pública em um debate sobre minorias na Universidade de São Paulo. Nesse evento, estabeleceram conexões com outros grupos que também

começavam a discutir a homossexualidade e essa troca de diálogos serviu para grandes insights sobre a temática. Assim, incentivou-se o impulsionamento do movimento homossexual para uma abrangência nacional (McRae, 2018).

O jornal “Lampião” e o grupo “Somos” foram grandes influências para uma reunião, realizada em fevereiro de 1980 em São Paulo, de outros grupos homossexuais vindos de outros estados. Além de promover a militância e discutir questões relacionadas ao procedimento e à organização do movimento, deixava-se bem à vista a antipatia contra qualquer relação autoritária, seja dentro partidos políticos ou até em relações entre homens e mulheres ou pessoas do mesmo sexo. Dessa forma, outras lutas também eram alimentadas a partir dessa perspectiva, como a causa feminista. A luta contra o machismo dentro da comunidade homossexual ainda é constante, na tentativa de desconstruir ideias como dominador/dominado, ativo/passivo, “o homem da relação”, gays como homens “efeminandos” e lésbicas como mulheres “masculinizadas”, sendo que essas relações são essencialmente igualitárias (McRae, 2018).

Mesmo tendo consciência da importância da luta contra o machismo, relações de poder ainda sim eram visíveis no grupo “Somos”: as mulheres muitas vezes não tinham voz, as reuniões eram comandadas principalmente por homens, termos pejorativos eram usados para se referir às lésbicas, etc. Dessa forma elas se percebiam lutando em duas frentes: contra as relações de dominação entre os sexos e contra o estereótipo de papéis de dominador e dominado na relação homossexual. Não tolerando esse tipo de relação, as mulheres lésbicas se separaram do grupo criando o Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALE) (McRae, 2018).

Com essa fragmentação, a extinção do jornal “Lampião” e a extinção de outros grupos, surgiu um clima de desânimo e desconfiança, deixando o movimento sem rumo. Pode-se dizer que uma das ações mais bem-sucedidas, mesmo depois de tantas conturbações, foi eliminar o código número 302,0 do Instituto Nacional de Assistência Médica e

Previdência Social - INAMPS, que tinha a homossexualidade classificada como um “desvio e transtorno mental”. Esse movimento visava desconstruir a conotação patológica e estereótipos pejorativos quando se falava na homossexualidade (McRae, 2018) e tornando-a um substantivo, evoca-se o início de um processo de construção da igualdade. Adicionando a categoria “orientação sexual” ao vocabulário ativista, abre espaço para reflexão de outros termos tais como sexualidade, gênero e raça (Faccini, 2018).

Apesar do movimento LGBT no Brasil ter recebido seu destaque no fim dos anos de 1970 e no início dos anos 1980, o Conselho Federal de Psicologia abordou o tema da diversidade sexual apenas mais tarde. A Resolução nº 01, de 22 de março de 1999, foi a primeira ação do CFP que envolvia essa temática. Ela expressa a proibição da patologização da homossexualidade por parte dos profissionais de Psicologia, legitimando a dimensão de cidadania ao homossexual e combatendo a discriminação. Assim, pode-se dizer que a Resolução nº 01/99 foi um marco zero das ações implementadas no âmbito do Sistema de Conselhos que abrange o tema da diversidade de gênero e sexualidade (Aragusuku & Lara, 2019).

O ano de 2022 marca 44 anos de luta do movimento LGBTQI+ brasileiro. Desde o movimento homossexual até a criação da sigla que tenta representar todos da comunidade, o movimento ainda é alvo de diversas transformações, contribuindo para inúmeras transformações na sociedade brasileira e no mundo. Nesta infundável jornada, direitos já foram conquistados, políticas públicas foram construídas, diálogos com outros atores políticos são travados, um dos maiores movimentos de rua desde a “Diretas Já” acontece anualmente, que são as Paradas do Orgulho LGBT, e atualmente ocupam os assuntos mais falados das redes sociais (Green et. al, 2018). A 10ª Parada LGBTQI+ ocorrida em São Paulo entrou para o livro de recordes mundiais “Guinness Book” como maior parada LGBT do

mundo, reunindo mais de 2,5 milhões de pessoas na Avenida Paulista (Memorial da Democracia, 2021).

Termos como “diversidade”, “queer”, “LGBT”, “sem gênero” ainda vêm sendo ressignificados ao longo da formulação teórica e da política de movimentos sociais tais como o feminismo e o LGBTQI+. Essas discussões auxiliam na consolidação de uma agenda política que permite a reivindicação de direitos, também podendo delimitar estrategicamente as diferenças e diversidades que há dentro desse movimento (Bulgarelli, 2018). A partir dessa iniciativa, é possível pensar, por exemplo, em criação de projetos de lei favoráveis à comunidade LGBTQI+ e elaboração das primeiras políticas públicas sobre o combate à discriminação dessa comunidade (Green et. al, 2018).

As discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade ganham diferentes espaços e hoje se destacam também na esfera discursiva da internet, o que permitiu o surgimento de um repertório mais sensível e distinto das reuniões e conferências formais. Há críticas de que esse tipo de ativismo pelas redes sociais seja um mero “ativismo de sofá” o qual não renderia resultados concretos para as demandas reais do movimento LGBTQI+. Porém há uma importante variável geracional nesse tipo de manifestação; há maior visibilidade de ativistas mais jovens, principalmente travestis, pessoas intersexo e mulheres e homens transexuais, trazendo discussões sobre o tema de forma mais horizontal e comunitária e ainda buscando mudanças profundas na mentalidade da sociedade mesmo em um ambiente virtual (Bulgarelli, 2018).

## **2. O Construcionismo Social e a Teoria das Representações Sociais**

Sob as lentes do Construcionismo Social, há uma crítica que visa desconstruir a crença de que o conhecimento sobre o mundo pode ser adquirido apenas a partir da observação, como se os fenômenos já fossem determinados por uma base objetiva do saber. O desafio é desconstruir essa base de conhecimento convencional, abarcando a complexidade

e pluralidade desses eventos, os quais são extremamente influenciados pela cultura, por aspectos e contextos sociais e pela própria história (Gergen, 2009).

A tentativa de ruptura da ideia de que só existem duas identidades de gênero é um grande exemplo desse desejo de desconstrução. Compreende-se que esse fenômeno é muito mais complexo para ser limitado apenas na compreensão de “mulher” e “homem”. Para diferentes grupos culturais e subculturais, tais termos se tornam obscuros, mostrando-se necessária a abertura a possibilidades para novas formas de entendimento sobre identidade de gênero (Gergen, 2009). Assim, também se questiona: há realmente apenas uma forma correta de amar? O movimento LGBTQI+ já responde essa pergunta.

A ciência é uma maneira hegemônica de construção e compreensão da realidade, comportando um polo de unidade e um polo de diversidade, logo envolvendo tanto os fenômenos da natureza, quanto fenômenos sociais. Assim, entende-se que a cientificidade tem diversas maneiras concretas e potenciais de realização, não sendo possível reduzi-la a uma forma determinada de conhecer e nem tendo a intenção de tratá-la como um modelo e norma supremos a serem seguidos. Quando se fala em história da ciência, compreende-se aquilo que foi produzido em determinado momento histórico, em adição com todo o processo relativo à construção de conhecimento. Em outras palavras, aceita-se os critérios de historicidade, da colaboração e, acima de tudo, sendo humilde em relação à construção desse conhecimento, onde quem sabe e quem tem algo a colaborar deve ser aproximado (Minayo, Deslantes & Gomes, 2009).

Pensar na construção de conhecimento tanto no âmbito individual quanto no coletivo permite também pensar na Teoria das Representações Sociais, um termo criado pelo teórico e psicólogo social Serge Moscovici. A representação é uma forma de conhecimento que tem como função a elaboração dos comportamentos e da comunicação entre as pessoas. Esses indivíduos criam representações ao longo da comunicação e de forma cooperativa. As

representações não são formadas de maneira unilateral e isolada. Uma vez criadas, elas circulam, se convergem, e divergem, dando espaço para a criação de novas representações e eliminando outras, ou seja, ganham vida própria e circulam por outros indivíduos. Para compreender uma representação, será necessário explorar suas origens, logo quanto mais esquecida for esse primórdio, mais fossilizada ela se torna (Moscovici, 2007).

O mundo é social, ou seja, toda informação recebida é distorcida por outras representações e elas são elementos construídos em cadeia. Estão envolvidos inúmeros vieses em sua formação, como percepções pessoais, opiniões e noções (Moscovici, 2007). As Representações Sociais têm como uma de suas funções "convencionalizar" objetos, pessoas ou acontecimentos, ou seja, dando forma e localizando tais elementos em categorias e, enfim, gradualmente disponibilizando como modelo para certo grupo. Nessa lógica, todos estão envoltos de elementos (imagem, linguagem ou cultura) frutos de representações do grupo ao qual se pertence (Bertoni & Galinkin, 2017).

Tratando-se de situações do cotidiano e de ficções midiáticas da atualidade, as representações sociais caracterizadas, segundo Melo et al. (2021), são conjuntos de conhecimentos do dia-a-dia, construídos pela coletividade, considerando a vivência dos sujeitos diante situações e desafios diversos, dando espaço à forma de pensar, sentir e agir de um determinado coletivo. Essa visão do coletivo é construída em determinados espaços e se constituem de maneira particular em cada sociedade. Deste modo, sociedades que passam por um mesmo período histórico tendem a ter traços similares, atualmente mais que nunca, justamente pelo influxo das comunicações (Minayo, Deslantes & Gomes, 2009). Os meios de comunicação estão ainda mais desenvolvidos tecnologicamente e infiltrados no cotidiano de todos, possibilitando o compartilhamento de informações entre pessoas do mundo inteiro.

### 3. Método

Levando em consideração que os discursos particulares foram a principal fonte de informação da pesquisa, a escolha do método qualitativo se apresentou como o mais adequado. De acordo com Melo et al. (2021), as questões particulares podem ser bem desenvolvidas a partir desse método, pois é capaz de abranger não somente o universo da participante, como também da própria pesquisadora e todo o coletivo que as envolvem, considerando os contextos político, social e cultural. É a partir dessa disponibilidade da pesquisadora à reflexão sobre si mesma e suas ações, tendo um olhar teórico na análise do conteúdo para a construção de informações, que o mito da neutralidade em pesquisa é desconstruído.

A pesquisa qualitativa no presente estudo foi utilizada como método para compreender o dinamismo da vida individual e coletiva, as complexidades dos processos sociais, individuais e relativos à cultura e tendo a consciência de que envolvem estudos a partir de instrumentos e teorias capazes de explicar tais fenômenos de forma incompleta, inesgotável, imperfeita e insatisfatória. Assim, compreende-se que as Ciências Sociais lida com seres humanos inconstantes, únicos e circundados por uma diversidade de fenômenos e processos individuais e coletivos (Minayo, Deslantes & Gomes, 2009).

Segundo Shaughnessy, Zechmeister e Zechmeister (2012), a pesquisa qualitativa, que tem seus dados geralmente obtidos por entrevistas e observações, “gera sínteses verbais de resultados de pesquisa com poucas sínteses ou análises estatísticas” (p. 59). É também na pesquisa qualitativa que a participante é solicitada a descrever experiências e pontos de vista que sejam significativos para ela, independente de um embasamento teórico prévio. Deste modo, o relato de cada participante sobre o tema auxiliou na construção e compreensão de um certo recorte da realidade e que a partir da redução de dados pôde ser feita a sintetização de informações verbais obtidas por entrevistas e observações identificando temas, criando

categorias e agrupamentos de informações e também registrando as próprias observações da pesquisadora sobre o relato.

Para melhor direcionar as discussões sobre a representatividade LGBTQI+ na presente pesquisa, foi utilizado o método de entrevista semiestruturada. De acordo com Minayo, Deslantes e Gomes (2009), a entrevista é uma forma privilegiada de interação social que apresenta uma dinâmica similar às próprias relações sociais. Assim, consegue agregar informações construídas no diálogo com o próprio sujeito entrevistado, trazendo suas reflexões sobre a sua realidade vivenciada. A entrevista teve como objetivo, neste caso, proporcionar uma conversa a dois, tendo a iniciativa da entrevistadora que buscou construir informações relevantes relacionadas ao objeto de investigação. As informações obtidas foram tidas como “subjetivas”, pois referem-se a uma realidade constituída e retratada por um conjunto de ideias, crenças, vivências, opiniões, sentimentos e comportamentos, ou seja, sobre modos de se projetar no mundo que são particulares do sujeito e tais informações são adquiridas apenas com a contribuição dessa participante.

A entrevista semiestruturada é uma combinação de perguntas fechadas e abertas, em que a entrevistadora tem algumas perguntas prontas para serem feitas, oferecendo-lhe um controle maior sobre qual tema ela quer abordar e quais informações ela pretende saber sobre o campo, porém a participante também tem total liberdade em discorrer sobre elas, podendo se aprofundar no tema, trazendo mais detalhes para a resposta, sem se prender necessariamente à indagação proposta. Esse tipo de entrevista funciona como um roteiro para a pesquisadora, auxiliando-a na coleta de informações, porém sendo importante a disposição a ouvir o relato de forma livre, dando espaço às relevâncias da participante sobre o tema, para que de fato houvesse um diálogo e a entrevista não ficasse presa apenas à resposta do questionamento (Minayo & Costa, 2018).

### **3.1 Participantes**

Foram recrutados 6 participantes, acima de 18 anos e que se identificam como parte da comunidade LGBTQI+, que participaram de uma entrevista sobre o tema “Representatividade LGBTQI+ nas narrativas audiovisuais” (Tabela 1). Coletou-se também os dados “orientação sexual e “identidade de gênero” para localizar o discurso de cada participante dentro da realidade em que ela se situava sendo uma pessoa LGBTQI+.

Tabela 1.

*Informações das participantes quanto à idade, identidade de gênero e sexualidade.*

Participantes	Idade	Identidade de gênero	Sexualidade
M.	35	Mulher cisgênero	Bissexual
T.	20	Mulher cisgênero	Bissexual
P.	25	Mulher cisgênero	Bissexual e Demissexual
D.	24	Homem cisgênero	Bissexual
L.	24	Homem cisgênero	Gay
Th.	19	Não-binária	Pansexual

A característica demissexual é considerada um espectro da área da assexualidade, onde a pessoa somente sente interesse sexual quando há uma conexão afetiva ou emocional com outra pessoa. Já o não-binarismo é um termo geral para a identidade de gênero em que a pessoa não se identifique estritamente com características “femininas” ou “masculinas”, estando, então, fora da perspectiva binária de gênero.

### **3.2 Instrumentos**

Foi utilizado um roteiro de entrevista de elaboração própria (Anexo II), buscando identificar a avaliação de qualidade da representatividade que as narrativas audiovisuais

escolhidas trazem à participante, buscando também ouvir opiniões próprias sobre o tema, articuladas com as experiências da entrevistada.

### 3.3 Procedimentos

As participantes foram recrutadas através de postagens na rede social Instagram, através da ferramenta *story*, com o seguinte comunicado:

“Olá! Me chamo Camila Furtado e estou realizando uma pesquisa sobre a representatividade LGBTQI+ em narrativas audiovisuais, especificamente em desenhos animados como “A Casa da Coruja”, “Steven Universe”, entre outros. Se você tem mais de 18 anos e se identifica como parte da comunidade LGBTQI+, poderia me ajudar participando de uma entrevista sobre o tema? Será realizada no Google Meet com um mínimo de 30 minutos de duração. As informações serão mantidas em sigilo e nenhuma informação pessoal será divulgada. Teve interesse em participar? Me mande uma DM para combinarmos a entrevista! Compartilhe esse post com seus amigos para ajudar na pesquisa! ”

Após a divulgação, foi combinado com cada participante por mensagem direta do Instagram o melhor dia e horário para a realização da entrevista. Foi compartilhado um link com a participante no dia da entrevista para o ingresso em uma chamada do Google Meet. Primeiramente, a pesquisadora se apresentou e contou sobre o que se trata a pesquisa de uma forma geral. Deixou em aberto a possibilidade da participante levantar qualquer questionamento a hora que desejar. A gravação foi iniciada e o TCLE (Anexo I) foi lido e compartilhado com a participante para que ela tivesse consciência das condições que envolviam a pesquisa. A aceitação do termo foi realizada selecionando a opção “li e aceito os termos”. Após o aceite, a entrevista foi prosseguida. Foram requisitadas informações pessoais como nome, idade, identidade de gênero e sexualidade, porém o nome do participante não foi divulgado em momento algum após a entrevista. Foram mostrados às participantes trechos de episódios de “Hora de Aventura”, “She-ra e as Princesas do Poder”, “Steven Universo” e “A

Casa da Coruja” que tinham a representação de personagens LGBTQI+, totalizando em aproximadamente 10 minutos de vídeo. A entrevista se iniciou com a questão primeira questão do roteiro (Anexo II), mas não se limitou à ordem das questões, sendo a entrevista feita de modo dinâmico e encaixando as perguntas no momento em que mais pareciam favoráveis.

Sobre os vídeos, foram apresentados, nesta sequência, um compilado de cenas de “Hora de Aventura” onde insinuava a formação de um romance entre a vampira Marceline e a princesa do reino doce, Jujuba, revelando um beijo entre as duas. A história da animação é sobre Finn, o humano e seu melhor amigo Jake, o cão, que desbravam territórios e se envolvem em aventuras fantásticas em um mundo de fantasia. Em seguida, apresentou-se SAPP, um trecho do episódio “Pulso” (episódio 4, temporada 4) onde se apresenta Double-Trouble, uma personagem não-binária (informação confirmada pelos criadores da animação) e que tem a capacidade de mudar de forma e criar outras identidades e juntamente com sua capacidade de sua atuação teatral, cria outros personagens. SAPP é sobre a corajosa Adora que foi a escolhida para ser a responsável pelos poderes da She-ra e defender o mundo do mal. Ela também assume a missão de tentar resgatar sua melhor amiga e companheira Felina, que atua como sua rival estando ao lado da Horda, a facção inimiga.

Logo após, a cena apresentada foi do episódio “juntos e sozinhos” (temporada 1, episódio 37) de Steven Universo, onde Steven está aprendendo sobre seus poderes de fusão e finalmente consegue realizá-lo com sua amiga Connie. A personagem criada a partir da fusão é a Stevonnie, considerada pelos criadores uma pessoa intersexo, com características físicas, genéticas e/ou hormonais que não se enquadram nas definições biológicas típicas “masculinas” e “femininas”. Steven Universo é uma animação onde conta uma história do mundo que é protegido por guardiãs chamadas Gems, que tem como fonte de seus poderes

um cristal mágico no corpo. Steven herdou esse cristal de sua mãe e agora tenta descobrir seus poderes enquanto ajuda as Gems a defender o universo de ameaças.

A última cena apresentada foi cenas do episódio “Trilhando através das ruínas” (episódio 5, temporada 2) de A Casa Coruja, onde Amity e Luz invadem a sessão mais perigosa da biblioteca. Ao longo do episódio, um romance floresce entre as duas amigas, onde Amity chega a comentar com os irmãos que sente coisas que nunca sentiu antes de conhecer Luz. A Casa Coruja é sobre Luz, uma humana com muita criatividade que fica presa em um mundo de bruxas e feiticeiras e se hospeda na Casa Coruja. Não tendo poderes inatos como as feiticeiras da cidade, ela cria outras maneiras de praticar feitiços e, com isso, insere-se em aventuras a fim de acabar com os planos malignos do imperador Belos.

As informações obtidas a partir da entrevista foram transcritas e analisadas a partir da metodologia da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com o intuito de organizar os dados reconhecendo tanto sua diversidade, quanto sua unidade. Assim, as mensagens captadas passaram pelo processo de pré-análise (organização do material e formulação de hipóteses), exploração do material (primeiro contato com o material e leitura flutuante) e o tratamento dos resultados obtidos juntamente com a interpretação (codificação dos dados para depois serem agregados em unidades ou categorias). A Análise de Conteúdo proporcionou neste trabalho a captação da mensagem apresentada (que no caso foram os relatos subjetivos coletados nas entrevistas individuais) e, através da identificação das unidade de registro, foi possível a apresentação de categorias em que certas características dos discursos puderam ser agregadas e diferenciadas, podendo refletir fenômenos da realidade referente ao tema das representatividades.

Segundo Bardin (2011), a unidade de registro “é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base” (p.104), ou seja, podem ser palavras ou temas que tem uma frequência significativa que, neste caso, aparecem

nas falas das participantes que auxiliam na categorização do discurso. A definição dessas unidades é considerado bastante ambíguo pelo fato de se tratar de dados qualitativos e subjetivos, abarcando universos semânticos e dimensões muito variáveis. Porém o próprio critério de recorte da análise de conteúdo é de ordem semântica, visando buscar tanto palavras quanto temas em comum ao analisar os discursos apresentados.

#### 4.Resultados e discussão

As entrevistas foram tratadas a partir da lente da Teoria das Representações Sociais (TRS) e juntamente com a Análise de Conteúdo foi possível identificar quatro categorias a partir dos relatos das participantes a partir da identificação das unidades de registro dos discursos, dispostos na Tabela 1.

Tabela 1

*Categorias da discussão e suas respectivas unidades de registro*

Categoria	Unidades de registro	
	Palavras	Temas
A naturalização da comunidade LGBTQI+	“natural”, “naturalizado”, “chocante”, “normal”	Representação natural; Representação sem escândalo
O estigma sexual e o incômodo com os estereótipos	“estereotipado”, “gay afeminado”, “lésbica masculinizada”	Estereótipos da sexualidade; O gay como objeto de entretenimento
Ok, mas e as identidades de gênero?	“faltam outras letras”, “intersexo”, “não-binário”, “gênero fluido”	Representação falha; Comunidade LGBTQI+ resumida em lésbicas e gays

Representatividade é para todos!	“canais fechados”, “canais abertos”, “informação pública”	O controle da informação; Acesso à informação; Qualidade da representatividade em canais abertos X fechados
----------------------------------	---	---

---

#### 4.1A naturalização da comunidade LGBTQI+

O universo das narrativas ficcionais (filmes, séries, desenhos animados, etc.) é inteiramente imaginado excluindo quaisquer tipos de condutas e características que não se enquadram ao padrão da heteronormatividade e quando há personagens que se apresentam dessa forma, são geralmente colocados no subtexto representacional da narrativa (Lima et. al, 2022). Pode-se perceber que as narrativas midiáticas ainda estão em um processo de desenvolvimento quanto à representatividade da comunidade LGBTQI+ e que as referências mostradas na entrevista para alguns foi novidade e para outros já eram referências de conforto.

As participantes ressaltaram a importância da representatividade LGBTQI+ como favorecedor da normalização dessa comunidade, provocando um sentimento de identificação ou de compreensão daqueles que assistem à narrativa. Para elas, a representatividade de qualidade seria aquela apresentada com naturalidade, ou seja, algo que não fosse tratado como um “escândalo”.

*“Eu acho de extrema importância [a existência de personagens LGBTQI+], até porque nessas narrativas, nesses desenhos que você mostrou, é algo muito natural [...] eu gosto muito dessas animações por trazer essa representatividade de uma forma mais natural e eu gosto muito, e é algo que me chama atenção. Por exemplo, se eu vejo que alguma obra*

*tenha essa representatividade, eu provavelmente vou assistir, vou colocar como prioridade para eu ver primeiro, porque né, a gente precisa de conforto também...” - Th., 19 anos*

*“A Marceline e a Jujuba no caso, eu acho muito bom, eu acho muito bonita a relação e eu acho bonito que traz de forma muito leve muito... assim, de uma forma que não choca. Eu acho muito bonito, esse foi um dos que eu mais gostei.” - M., 25 anos*

Naturalizar, nesse caso, é de alguma forma desconstruir o tabu da sexualidade e trazer esse tema para produções voltadas a um público infanto-juvenil está sendo um grande desafio. Segundo Rosa e Felipe (2018), quando se coloca em questão as convenções naturalizadas pela sociedade, as dimensões da sexualidade e de gênero se destacam. Porém trazer tais provocações para o público infantil tem seus obstáculos, já que diversos movimentos religiosos e políticos estão tentando limitar quem pode trabalhar ou não esse assunto com as crianças. Mesmo com essas barreiras, e com o acesso facilitado aos dispositivos midiáticos, as crianças expõem suas opiniões no mundo virtual acerca do tema.

As produções infantis trazem uma mistura de fantasia e diversão, refletindo modos de se comportar na sociedade. Geralmente seguem uma lógica de narrativa, tendo uma dicotomia clara entre o bem e o mal, um conflito (clímax) e um final feliz. Porém a maioria das produções estão cristalizadas em uma visão de gênero binária e polarizada, apresentando a relação heterossexual como a única relação afetiva possível entre as personagens (Cardoso, Oliveira & Dias, 2015). Contrapondo-se a esse padrão, as narrativas midiáticas selecionadas para as entrevistas do presente estudo trouxeram uma perspectiva diferente ao tratar questões de gênero e sexualidade e, segundo as participantes, de forma “clara e sensível”.

*“[Sobre a representatividade LGBTQI+ em animações infanto-juvenis] eu acho, assim, de extrema importância, porque como eu disse é algo que deve ser naturalizado. E quando é colocado nessas animações que são voltadas também para um público infantil, acaba que a criança vai ver aquilo lá e vai entender que tipo, é algo que não precisa ser um*

*escândalo. Por exemplo, eu tenho uma irmã mais nova que assistia “A Casa Coruja” comigo e tipo, nunca cheguei pra ela e expliquei nada, falei nada pra ela. Ela simplesmente entendeu e que tava tudo bem.” Th., 19 anos.*

*“Acho que quanto mais referências legais assim que possa acrescentar na vida de alguém que esteja assistindo, mesmo que de forma esporádica, acho que é muito bem vinda sim. Ainda mais de forma tão clara e sensível [...] pras crianças de hoje em dia eu acho bem importante [...] acho que de qualquer maneira é um impacto bom, provocar a dúvida, provocar a busca de resposta e esclarecer o mundo como a gente vive.” - L., 24 anos.*

*“Principalmente as animações [...] na maioria das vezes são vistas por crianças e adolescentes. Faz com que elas tenham um pouco mais de entendimento, talvez, pra não ficarem assustadas quando sentir alguma coisa assim [...] e também adultos, porque muitas vezes os pais veem as coisas junto com os filhos, né. E pode ser que eles também possam entender pra melhoria da convivência de muitas pessoas, porque a gente sabe que até hoje tem muitas coisas ruins que acontecem.” - T., 20 anos.*

*“Eu acho que é importante, porque apesar de ser desenhos que a gente meio que negligencia as crianças a acharem que, por exemplo, esse assunto de sexualidade é pra adulto, mas não pra criança... eu acho que não. A criança tem que estar a par de tudo, claro, de uma forma decente, como o desenho menciona.” - D., 24 anos*

Falar sobre o assunto é dar espaço para que ele seja elaborado e é também permitir a troca de informações. Segundo Furlani:

Há uma grande diferença entre “educar para a negação-proibição” da sexualidade e “educar para a positividade-consentimento” das expressões sexuais. Consentir significa orientar a criança e o/a jovem para que entendam e aprendam o local e o momento adequados para manifestar sua sexualidade e os efeitos coletivos dessas escolhas. (Furlani, 2016, p. 68)

*“É importante pra gente ver que a gente existe, que a gente é normal e eu diria mais importante ainda em desenhos e coisas infantis pras crianças entenderem que elas são normais [...] então junto com a educação sexual ali de tipo onde eu posso... aonde outras*

*“pessoas podem encostar em mim né, as pessoas têm que pedir autorização e tudo mais... [...] é importantíssimo falar sobre relações afetivo-sexuais [...] se não tem referência, se a gente não conversa dentro de casa ou com os amigos, a gente vai ter referências nos desenhos, nas séries nos filmes e tal. E se não tem referência nenhuma desse sentimento que eu to sentindo por uma pessoa [...] eu vou ficar me sentindo um et, eu sou errada. Então é importante aí pras crianças acharem que são normais e crescerem sem sofrimento.” - P., 25 anos.*

Porém no contexto atual, geralmente nas narrativas as questões LGBTQI+ ou são colocadas em um subtexto representacional (Lima et al., 2022) ou são tratadas como o foco da narrativa, trazendo mais uma vez uma forma não natural de representatividade.

*“Na série Loki eles falam ‘ok, o Loki é não binário, é gênero fluido’ e daí chega e na série a única coisinha que a gente tem é um escrito em uma cena da introdução, sabe? Daí fica meio tipo ‘tá bom, então cadê a representatividade mesmo?’” - Th., 19 anos.*

*“O que eu vejo muito hoje em dia, se você for assistir um filme LGBT, a pauta do filme vai ser sobre eles serem LGBT [...] Acho que já passou da hora de ser uma coisa mais comum, mais simplificada e mais mesclada. [Para] Esse tipo de filme, esse tipo de narrativa não gerar um choque tão grande [...] falta mais naturalidade para esse tipo de coisa.” - L., 24 anos*

*“[...] O que eu gostaria que eu não tenha visto [...] são relações mais corriqueiras. Duas coisas na verdade: mais filmes... principalmente filmes mais ‘água com açúcar’ tipo ‘sessão da tarde’ sobre gay, lésbica, trans, travesti, etc. ou uma pessoa assexual [...] e essas relações mais corriqueiras, tipo, posso ser um personagem secundário ou terciário, bem menos importante e eu posso ser lésbica e eu não preciso ser ‘a lésbica’... essa não precisa ser uma característica que me define. [...] Ter uma outra característica que me defina como personagem e não só a sexualidade.” - P., 25 anos*

O romance “água com açúcar” ou “sessão da tarde” LGBTQI+ ainda não é uma realidade. Segundo as participantes, ainda falta essa naturalidade das relações mais corriqueiras e a descentralização da própria característica LGBTQI+ nas narrativas. É a necessidade da sexualidade e identidade de gênero serem mais uma característica comum, como qualquer outra. Geralmente, em um romance hétero (entre uma mulher e um homem), não é identificado esse reforço constante de que a personagem é cisgênero e heterossexual.

A heteronormatividade é também uma tentativa de convencionalizar objetos, pessoas ou acontecimentos, como fazem as Representações Sociais (RS), criando um modelo que é partilhado por um grupo de pessoas. Nesse sentido, como afirma Moscovici:

Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. (Moscovici, 2007, p. 34)

Neste caso, e em muitos outros, o padrão heterossexual pode ser analisado como uma ideologia, ou seja, uma forma simbólica que provoca relações de dominação, ressaltando a desigualdade e assimetria entre as relações, criando um nível de dominação sobre a norma da sexualidade. As formas simbólicas são vistas como um conjunto de atitudes, imagens e textos criado por um grupo de pessoas e aceito por ele (Oliveira & Werba, 2003). Assim, no contexto atual, formas simbólicas da heteronormatividade ainda são dominantes ao contexto das narrativas midiáticas, tratando as questões LGBTQI+ como algo estranho e não-familiar, podendo assim justificar o caráter “não-natural” dessa representatividade.

A ideologia é um discurso reificado, algo pronto e acabado e difere-se das Representações Sociais justamente por esse aspecto cristalizado (Oliveira & Werba, 2003). As RS são dinâmicas e podem se apresentar como estruturas simbólicas duradouras que sofrem manutenções, mas que estão abertas a metamorfoses sendo flexíveis ao contexto histórico-cultural de cada época (Moscovici, 2007).

RS têm como finalidade tornar familiar algo não-familiar (Moscovici, 2007), pois a tendência é rejeitar aquilo que é estranho ou diferente. Nega-se novas informações, sensações e percepções que trazem desconforto. Porém RS passam a ser consideradas ideologias quando é possível visualizar que elas servem, em determinadas circunstâncias, para a criação ou reprodução de relações de dominação (Oliveira & Werba, 2003). Trazer a heteronormatividade como um discurso de dominação é também trazer à tona a relação de desigualdade para com a comunidade LGBTQI+.

No universo das narrativas midiáticas, o romance LGBTQI+ é geralmente ancorado na tragédia e no sofrimento de ser uma pessoa diferente da “normalidade”. A personagem está geralmente envolvida em uma posição de sofrimento onde a história se resume à luta contra a opressão e discriminações. Claro que não se deve ignorar a história de resistência do movimento, mas o lado da felicidade e do amor acaba sendo esquecido. As participantes comentaram sobre sentir falta da representatividade de uma comunidade alegre e que não é resumida apenas em lutas e finais trágicos.

*“[Poderiam] botar a gente num âmbito onde a gente se sentisse aceito e não só falar ‘ah, é difícil ser gay, vamos mostrar que é difícil passar por isso, mas ele pode ser feliz’ não, tipo... mostrar as outras opções pra gente também, por exemplo, filmes LGBT quase todo final é horrível, uma tragédia. Aí eu fico ‘pô, não tem um final feliz!’. Então tipo, mostrar também que tem felicidade, não é só luta. Acho que pode mostrar a felicidade da galera que vive nesse meio.” - D., 24 anos*

*“ ‘Ah, se tal filme é LGBT, então ele vai sofrer, ele vai ter que superar e aí depois no final ele vai ter o casamento, tipo porque ele sofreu muito, aí a mãe dele vai aceitar...’ tipo, gente... tudo bem, mas acho que isso podia mover esse passo como se fosse uma coisa... mais comum.” - L., 24 anos*

Ter uma sessão “filmes LGBT” no aplicativo de *streaming* ainda diz muito sobre esse aspecto da diversidade ainda não ser visto como algo cotidiano e normal. Porém mesmo que alguns romances foquem bastante na sexualidade como característica principal da personagem, esse tipo de narrativa ainda traz um conforto para as pessoas da comunidade, porque pelo menos assim elas conseguem presenciar algum tipo de representatividade na mídia, mesmo que não seja de uma forma ideal. Com os discursos das participantes, percebe-se que essa era de aceitar qualquer resquício de representatividade já deveria ter chegado ao fim. A exigência por um olhar naturalizado sobre a comunidade LGBTQI+ já se mostra um tópico pertinente nessa próxima fase de conquista de direitos e do próprio respeito.

#### **4.2 Estigma sexual e o incômodo com os estereótipos**

Como discutido anteriormente, a heteronormatividade reproduz uma relação de poder na sociedade, negando e estranhando aquele que foge à norma. Herek (2007) já se utilizava do termo “estigma sexual” para o modo que a sociedade acorda coletivamente para se referir de maneira negativa e inferiorizando qualquer tipo de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade não-heterossexual. O estigma sexual é tido como um fenômeno social que não depende de atitudes individuais, mas é responsável pela criação de um contexto social no qual atitudes são formadas, expressadas, preservadas e modificadas.

O estigma, termo elaborado por Erwin Goffman em 1963, consiste em uma situação onde se destaca um aspecto particular ou atributo que marca uma barreira do que é e não é normal para a sociedade, de maneira que o indivíduo marcado por esse estigma não mereça aceitação social plena. O estigmatizado tem um atributo que o inferioriza e o desqualifica em sua relação com outrem, deixando de ser uma pessoa “normal” e “inteira” e passando a ser visto como alguém manchado e inferior (Herek, 2007; Gato, Carneiro & Fontaine, 2011; Nizet & Rigaux, 2016). Pode-se pensar como exemplo os ex-presidiários, Pessoa Com Deficiência e homossexuais como pessoas estigmatizadas pela sociedade.

Os estigmas funcionam como uma imposição de poder na sociedade. O estigma sexual em um nível estrutural, é legitimado perpetuado pelas instituições e ideologias da sociedade onde as diferenças de status e poder criadas tendem a crescer. Nesse contexto, a heterossexualidade apresenta mais poder em relação à não-heterossexualidade, tendo esse segundo modelo menos influência, menos recursos e até menos controle sobre seu próprio destino. O estigma sexual pode se manifestar de forma individual ou institucional. Nesse segundo nível é tratado como algo estrutural onde instituições sociais e sistemas ideológicos legitimam e perpetuam as práticas e relações de poder que são criadas. (Herek, 2007). Esse tipo de estigma sexual, Herek denomina “heterossexismo”.

*“Todos os LGBT que eram tipo afeminados pra agradar as madames e pra fazer os héteros rirem [...] Achava todos [os personagens LGBT] péssimos, porque basicamente o jeito dele ser provocava risada [...] como se a nossa fala, o jeito que a gente fala, o jeito que a gente vive fosse um motivo de risada para outra pessoa.” – L, 24 anos.*

*“Uma categoria de exemplos [que me incomodam], que em alguns momentos tem uma menina que gosta de mulheres e aí chega um cara e ela se apaixona por ele e ela continua gostando de mulheres, mas algumas coisas tem um tom tipo ‘o cara consertou ela, o cara salvou ela’. Outras representações ,homens gays sendo apenas um cara super afeminado que gosta de maquiagem e sabe fazer trança no cabelo da protagonista. [...] As lésbicas que são masculinizadas, são brutas e indesejáveis completamente [...] meio que ‘se elas não vão me desejar como homem, então eu também não posso desejar elas, então elas vão ficar masculinizadas, feias e brutas. [...] e tem muita representação feia de pessoas trans e travesti, muito vulgarizado, pejorativo, como se fosse um homem vestido de mulher... tem um negócio que faz você entender que é uma prostituta.” – P, 25 anos.*

Nesses relatos, presenciavam-se relações de poder e dominação de padrões heterossexuais para com tudo aquilo que é considerado não-heterossexual. O heterossexismo

pode ser identificado nessa representação frequente tratada na mídia, segundo as participantes, onde a pessoa LGBTQI+ é tratada como um objeto de entretenimento ou de repúdio, refletindo na dessubjetivação do sujeito.

A dessubjetivação é um termo tratado pelo filósofo Giorgio Agamben, que leva em consideração os conceitos de “dispositivos” e “subjetivação” delineados por Michel Foucault. De acordo com Agamben (2005), o conceito de dispositivos pode se resumir em um conjunto heterogêneo que inclui o linguístico e o não linguístico (discurso, leis, instituições, proposições filosóficas, etc.), o qual há uma função estratégica que se inscreve sempre em uma relação de poder. Para Foucault dispositivo é:

Como um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, intuições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. [...] O dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 1996, p. 244).

É aquilo que permite definir o que é certo e coerente ou não para a sociedade. Os dispositivos implicam no processo de subjetivação do sujeito, ou seja, permitem em uma sociedade disciplinar “a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento”, ou seja, no processo de “criação do sujeito” (Agamben, 2005, p. 15).

Percebe-se que os dispositivos são máquinas produtoras de subjetivação, como também existe a possibilidade de pensar neles, além da produção de um sujeito, como na dessubjetivação dele. O ‘desfazimento’ do eu, a perda da autonomia, o apagamento de sua identidade são o que caracterizam a dessubjetivação. Esse processo é explicado principalmente pelo capitalismo contemporâneo, onde no dispositivo “telefone celular”, por exemplo, o sujeito se transforma em um número no qual eventualmente pode ser controlado, não importando a intensidade de seu desejo (Agamben, 2005; de Oliveira, 2019).

Traduzindo esse raciocínio para a dimensão das discussões LGBTQI+ na mídia, esse sujeito é dessubjetivado a partir do momento que sua representação na mídia se objetiva em

imagens estereotipadas e pejorativas (como o gay escandaloso, exagerado e ridículo, por exemplo), transformando-o em objeto de entretenimento do outro, ignorando o fato de que ele também é um sujeito de desejos e vontades. O gay “afeminado”, por exemplo, é introduzido na narrativa com o objetivo de fazer os outros darem risadas, de servir às madames, de ajudar a protagonista a conquistar o garoto dos sonhos e, acima de tudo, a construção da personagem é necessariamente resumida em sua sexualidade. Não há um sujeito de desejos, de conflitos, com uma história e livre, mas há um objeto de subserviência.

A palavra estereótipo, em sua etimologia, é derivada de duas palavras gregas: *stereos* que significa rígido; e *típus* que significa traço. A ação de estereotipar é preencher com o imaginário social aquilo que não foi conhecido intimamente. É tratado como um atalho cognitivo, já que seria exaustivo, por exemplo, conhecer cada pessoa intimamente no mundo. As imagens provindas dos estereótipos são fictícias, não que elas sejam falsas, mas justamente porque elas fazem parte de um imaginário social. Porém ao mesmo tempo que o estereótipo pode ser um recorte do real, categorizando e generalizando certa característica, pode também acarretar em uma imagem esquemática e deformada gerando preconceitos (Amossy & Pierrot, 2022).

*“Eu acho que [o personagem LGBT] deveria ser tratado de uma certa forma com cautela pra não agredir esse outro público, pra não distorcer e usar o que a gente quer como defesa, usar como ataque” - D, 24 anos.*

*“A Disney, antigamente e hoje ainda, transformava o vilão sempre em afeminado... ele sempre era tipo, espalhafatoso, sempre uma cor diferente, ele era sempre o vilão. Se ele não se encaixasse nos padrões heteronormativos, ele era o vilão.” - L, 24 anos.*

Mesmo que a representação da LGBTQI+ nas narrativas midiáticas ainda sejam, em sua maioria, ancoradas nesses estereótipos, vê-se uma esperança para uma desconstrução dessa imagem. Nas narrativas mostradas, as participantes se mostraram satisfeitas com alguns

aspectos e propondo discussões construtivas para poder repensar em que tipo de representação seria classificada com uma qualidade satisfatória.

*“Eu também sou não-binária e uma coisa que eu acho que fica muito assim... perde um pouco, é que a maioria dos personagens que são retratados como não-binários, eles são não necessariamente humanos, como o de She-Ra, então acho que ainda tá quase lá.” - Th, 19 anos.*

*“Vem melhorando a representatividade, porque o homem gay deixou de ser o amigo afeminado que gosta de moda e sabe fazer a maquiagem da protagonista pra ela ficar com o homem dos sonhos dela; ele passou a ser o protagonista também, com seus próprios desejos e vontades fora do âmbito afetivo sexual. O gay parou de ser apenas gay [...] Então, não tá 100%, não estamos em um cenário ideal, mas agora somos pessoas... algumas pessoas LGBT são mais vistas como pessoas. Então, estamos chegando lá, estamos no meio do caminho, mas tá muito melhor do que antes.” - P, 25 anos.*

Ao poucos os modelos de representatividade vão se construindo, desconstruindo e reconstruindo. É um processo que está caminhando, porém lentamente. Dar espaço para falar sobre os estigmas e estereótipos é também permitir suas transformações e ressignificações.

### **4.3 Ok, mas e as identidades de gênero?**

Quando perguntadas se as participantes se sentiam representadas nas cenas mostradas durante a entrevista, elas expressaram um sentimento ambíguo respondendo “sim e não”, refutando a hipótese de pesquisa, mas por um bom motivo: a representação estava centrada na homoafetividade. Parece que ao falar em “LGBT”, as imagens do gay e da lésbica são as que predominam. A comunidade é objetivada nesses dois recortes de sexualidade, deixando de lado toda a diversidade existente.

*“Eu me sinto representada, porque uma parte da comunidade tá sendo representada, mas não sei... eu me identifico como bissexual, então não sei se alguns desses personagens...*

*é bissexual. Em parte eu não me sinto representada também, porque tem muitas letras aí e nem todas são representadas em algum momento. [...] Tem um pouquinho, mas não tem tudo.” - P, 25 anos*

*“Eu sou pan[sexual], então acho que ao mesmo tempo que aparece esses casais mesmo que sejam canon, eu sinto um pouco de escassez de personagens confirmados sendo pansexuais [...] eu acho que essa parte ainda fica um pouco escondida. Eu fico muito feliz, obviamente, pela representatividade que tem, mas ao mesmo tempo ainda fica a desejar.” - Th, 19 anos.*

Canon, segundo a participante, é utilizado para falar de uma informação que foi confirmada pelo próprio criador da série.

*“Em parte [me sinto representada] sim [...] acho que nisso deveria melhorar muito e ter mais representatividade de outras pessoas [...] o LGBT, o resto das pessoas também. Não se resume em gays, lésbicas ou bi.” - T, 20 anos.*

*“As outras letras do LGBTQIA+ têm que ser abordadas também [...] porque a gente passa uma parte da comunidade só e aí as pessoas não entendem as outras partes da comunidade, os outros recortes. Então ficam muitas dúvidas na cabeça das pessoas que não pertencem à comunidade sobre os outros.” - M, 35 anos.*

Neste último relato, podemos também identificar uma função importante das narrativas midiáticas como dispositivos pedagógicos, termo desenvolvido por Fischer (2002), e como um meio de compartilhar informações sobre o desconhecido. Para a autora, a mídia, falando mais especificamente da televisão, pode ser operada com o intuito de participar efetivamente da construção de sujeitos e da subjetividade, uma vez que a produção de imagens, significações e saberes se dirigem à forma de “educação” das pessoas, mostrando formas de ser e estar no mundo e na cultura em que vivem.

Como informar sobre as outras letras da comunidade se elas não são representadas com tanta frequência? Não se pode esquecer que a atualidade vivida ainda é caracterizada pelo heterossexismo. A tentativa de representar a diversidade da comunidade LGBTQI+ ainda é frequentemente barrada pelas empresas midiáticas no mundo todo.

*“[A representatividade de personagens LGBTQI+] ainda fica um pouco a desejar, mas eu entendo que é muito mais pelas empresas do que pelos próprios criadores. Por exemplo, na Cartoon que acabou tendo um pouco de boicote em Steven Universe [Steven Universo], em The Owl House [A Casa Coruja] que a Disney acabou podando um pouco essa parte. Eu entendo que é bem mais por parte das empresas que produzem esses desenhos do que pelos próprios criadores.” - Th, 19 anos.*

Segundo o site de notícias da cultura pop “Cosmo Nerd”, a série “A Casa Coruja” foi uma obra premiada pelo Peabody Awards (prêmio que visa dar reconhecimento a produções que tenham prestado um serviço digno à comunidade, independente do retorno de bilheteria) por “construir um mundo invertido que abre espaço para todos e dá às crianças queer um espaço para se sentirem bem-vindas em um lado que podem explorar suas próprias energias criativas”. A série recebeu elogios por ser pioneira da representatividade LGBTQI+ na emissora Disney, sendo bastante elogiada pelo criador da animação “Gravity Falls”. Dana Terrace (criadora de “A Casa Coruja”), conseguiu contar uma história do jeito que ele gostaria, mas não pôde, segundo o criador (Cosmo Nerd, 2022).

Mesmo com tantos elogios e críticas positivas, “A Casa Coruja” teve sua trajetória interrompida e a série cancelada após empresários da Disney informarem que a série não “se encaixa” com a marca. Terrace se manifestou nas redes sociais relatando o motivo do cancelamento e que ela não havia tido permissão para participar das reuniões referentes ao destino da própria série. (Cosmo Nerd, 2022)

Como se já não fosse o suficiente, foram revelados em vários meios de comunicação que a Disney estaria financiando a campanha “Don’t Say Gay”, nos Estados Unidos. Segundo o jornal Correio Braziliense (2022), nas primeiras semanas de março de 2022 foram divulgadas informações relacionadas a investimentos financeiros da emissora Disney sobre parlamentares que apoiavam o projeto de lei “Don’t Say Gay” (Não Diga Gay, em tradução livre). A lei teria como o objetivo proibir escolas de abordarem temáticas sobre sexualidade e gênero dentro de sala de aula. Concomitantemente, foram revelados também alguns “boicotes” que a própria Disney e outros estúdios relacionados como a Pixar e Disney Animations estavam fazendo de histórias e personagens LGBTQI+ em filmes.

#### **4.4 Representatividade é para todos!**

Mesmo com toda essa resistência ainda presente na mídia de criar personagens LGBTQI+, pode-se perceber que o movimento de trazer essa representatividade ainda está restrito a certo tipo de público.

*“Eu achei sensacional os desenhos que você apresentou e eu acho que tem muita gente que não tem esse conhecimento e eu acho que se vissem poderiam espalhar ou mostrar para outros amigos e se familiarizar com isso e seria muito bom. é bacana, pena que é em canal fechado. O canal aberto ainda não chegou nessa proporção aí,mas é top demais essa ideia, de disseminar isso, esse conhecimento através do desenho.” - D, 24 anos.*

*“Quando eu era criança eu não tive nenhum acesso a desenhos. eu só assistia o que tinha em canal aberto e o mais próximo que eu me senti representado foi no bob esponja (risos), no máximo” - L, 24 anos.*

*“Eu acho fofo ter essas obras famosas, ter colocado isso... porque geralmente não tem o livre acesso pra muitas pessoas verem, principalmente em animações e crianças geralmente gostam muito de animações.” - T, 20 anos.*

Desde muito tempo a informação é transmitida de forma planejada e dirigida, a fim de assegurar que o dominador e o dominado tenham a estrutura de poder preservada e intocada. Assim, a informação é administrada por uma forma de poder, manipulando a formação do pensar (Alloo, 2007). A globalização da mídia faz perceber esse movimento de reafirmar um tipo de intelecto coletivo construído por uma classe dominante e esses interesses corporativos “determinam pautas e eixos comunicativos na mídia a partir de conglomerados de meios de comunicação alinhados a grupos conservadores” (De Mari & Thiengo, 2012, p. 604).

Divulgar a informação para todos os públicos é diminuir a hierarquização do conhecimento, fazendo com que todos tenham o direito e a capacidade de aceitar ou refutar qualquer ideia. É dar espaço para a metamorfose de representações sociais e desconstrução de estigmas. Acima de tudo, é dar liberdade à subjetivação do sujeito, direito à sua própria construção de si.

Os grupos sociais estão imersos na cultura dominante que lhes fornece instrumentos de construção e de fortalecimento das identidades, criando e alimentando símbolos, mitos e estereótipos. As tendências hegemônicas se expressam no curso natural, enquanto os processos de resistência nascem e são elaborados a partir das contradições sociais. (De Mari & Thiengo, 2012, p. 605)

*“Eu acho que a base de qualquer discussão é conhecimento e as pessoas com menos renda, elas tem menos acesso à cultura, menos acesso a estudo e qualquer outra coisa. Então se um assunto é tratado só dentro do canal fechado e ele não é explanado pra um aberto que é onde tem a maioria da população, então é o que priva, né? Então seria bom também ter no canal aberto, mas no caso já até tiraram os desenhos que têm mais ou menos isso.” – D, 24 anos*

*“Uma forma de arte [é usada] pra se expressar. Uma arte que pode ser uma melhoria pra muitas muitas muitas pessoas mesmo, já que animações e filmes é algo assistido pela maioria das pessoas. Então pode ser uma forma boa de melhorar” – T, 20 anos.*

De acordo com Lima et al. (2022), a mídia é capaz de mediar o conhecimento, assim como naturalizar, legitimar e reforçar certas atitudes e comportamentos da sociedade podendo refletir no processo de ensino e aprendizagem, na forma como as pessoas interagem entre si e também na formação de subjetividades. Informar a população também é dar espaço para a reformulação das RS. É permitir com que todos tenham as ferramentas necessárias para construir seu próprio discurso, estando disponível para cooperarem na construção do conhecimento social.

### **Considerações finais**

As discussões sobre a nomenclatura LGBTQI+ e seus significados estão constantemente sofrendo alterações e reformulações. O diálogo acontece, muitas vezes, informalmente na internet, entre grupos e nas mídias, sendo até um pouco complicado encontrar referências recentes sobre os significados de cada identidade de gênero e sexualidade. Revela-se, então, um dinamismo sobre esse processo que faz refletir sobre como o tema está sendo mais abordado entre as pessoas, possibilitando a desconstrução de alguns tabus e a reformulação das RS. Por este motivo, a lente do Construcionismo Social se mostrou adequada para a discussão do tema, a partir da perspectiva que o conhecimento não é produzido de forma isolada e individual. A internet e a mídia impulsionam o compartilhamento de informações de forma rápida e dinâmica, possibilitando a transformação de vários conceitos e ideias. Percebe-se que essa troca é coletiva, interpessoal e ativa, uma vez que diversas pessoas já tem um acesso facilitado ao mundo virtual, podendo expressar suas próprias ideias.

As narrativas midiáticas são importantes dispositivos permeados por representações que auxiliam na construção do imaginário social (Lima et al. 2022; Amossy & Pierrot, 2022). Percebe-se que a discussão sobre representatividade nas narrativas midiáticas é algo inacabável. A sociedade contemporânea ainda está imersa em uma matriz heterossexual, onde

todo sujeito, atitude ou ideia que foge à “normalidade” do padrão heteronormativo é tido como desviante e estranho, reforçando o olhar negativo sobre as diversidades não-heterossexuais, assim reforçando toda desigualdade tida para com a comunidade LGBTQI+. Reduzir a singularidade à naturalização somente daquilo que se refere ao sexo biológico é moldar um padrão de sexualidade, logo é também apagar outras formas de vida (Gato, Carneiro & Fontaine, 2011; Herek, 2007; de Oliveira, 2019).

O objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que as participantes relataram que não se sentem totalmente representadas nas narrativas midiáticas apresentadas, não pelo fato de identificarem uma qualidade negativa da representação, mas pela escassez da diversidade de outras letras da comunidade. A qualidade da representatividade dessas narrativas foi analisada como satisfatória pelas participantes, tratando temas LGBTQI+ de forma leve e naturalizando as diversidades humanas.

Segundo Oliveira e Werba (2003), a investigação das Representações Sociais pode ser melhor reproduzida a partir de grupos focais sobre o tema. Não há uma metodologia específica para essa investigação, mas os grupos focais parecem se adequar melhor a esse tipo de caso. Discutir sobre a representatividade LGBTQI+ em grupo, possibilitaria a interação entre participantes da comunidade, produzindo insights que talvez não fossem possíveis em entrevistas individuais. A troca de ideias por pares em um tempo limitado, possibilita o aprofundamento das informações que surgem inicialmente de forma superficial, aumentando a qualidade e a complexidade dos dados em comparação à entrevista individual.

Neste caso, a entrevista individual também foi um ótimo recurso para descrever a qualidade da representatividade, buscando pontos de vista isolados dando o espaço de fala e elaboração inteiramente à participante. Tendo esse ponto de vista, acredita-se que em pesquisas futuras, a adoção de grupos focais poderia ser outra opção interessante para investigar o tema da representatividade LGBTQI+ levando em consideração a formação de

Representações Sociais. A presente pesquisa não apresentou dificuldades alarmantes devido à boa flexibilidade de horários das participantes e da própria pesquisadora, sendo o método online um grande facilitador dessa disponibilidade.

A visibilidade da comunidade LGBTQI+ ainda é algo novo para a sociedade, mesmo que essas formas de identidade sejam expressões dignamente humanas. Percebe-se uma evolução na qualidade dessa representatividade, porém ainda é algo em desenvolvimento que precisa de maior atenção para que a comunidade consiga conquistar seu espaço de forma digna, ensinando que o amor é para todos.

Falando, enfim, como a pesquisadora do presente trabalho, proporcionar esse espaço de diálogo foi importante para levantar insights sobre o tema que agora poderão influenciar tanto aos leitores quanto a minha própria forma de pensar como futura profissional da psicologia. Discussões que são temidas pela sociedade, como a sexualidade, são as que mais devem ser trazidas à tona e, se possível, em um ambiente disposto a receber ideias variadas, tornando o debate produtivo e construtivo. Claro que também aqui se reflete em um cenário ideal e pacífico, mas são justamente esses desafios, acompanhados da curiosidade de conhecer, que movem a ciência.

### **Referências bibliográficas**

Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo? *Outra travessia*, (5), 9-16.

Amossy, R. & Pierrot, A. H. (2022) Estereótipos e clichés. Coordenação da tradução:

Mônica Magalhães Cavalcante. Tradução de Alena Cuilla et al. São Paulo: Contexto.

Aragusuku, H. A. & Lara, M. F. A. (2019). Uma Análise Histórica da Resolução nº

01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 39, 6-20.

Bardin, L. (2011). Análise de Conteúdo. Casa de Ideias. São Paulo.

Bertoni, L. M. & Galinkin, A. L. (2017). Teoria e métodos em representações sociais. In: Mororó, L. P., Couto, M. E. S. & Assis, R. A. M. (orgs). *Nota teórico-metodológicas de pesquisa em educação: concepção e trajetórias*. pp. 101-122. Ilhéus. BA: Editus, 2017.

Bortoletto, G. E., (2019). LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade. [TCC] Universidade de São Paulo – USP.

[http://celacc.webhostusp.sti.usp.br/sites/default/files/media/tcc/guilherme\\_engelman\\_bortoletto.pdf](http://celacc.webhostusp.sti.usp.br/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf)

Bristol, P. C., Pozzebon, E., & Frigo, L. B. (2017). A Representatividade das Mulheres nos Games. *XVI SBGames*. Curitiba - PR.

Bulgarelli, L. (2018). Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. *História do movimento LGBT no Brasil Green*, Quinalha, Caetano & Fernandes (orgs). 487-500. São Paulo, SP: Alameda.

Cardoso, H. M., de Oliveira A. L. & Dias, A. F. (2015). Marcas e aprendizagens da heteronormatividade em filmes. *Revista Espaço Do Currículo*, 8(2), 244-253.

Correio Braziliense (2022). Entenda o que a “Don’t Say Gay”: lei anti-LGBTQIA+ “financiada” pela Disney. Publicada em 11 mar 2022. Acesso em 12 jun 2022. Disponível em < <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2022/03/4992378-entenda-o-que-e-a-don-t-say-gay-a-lei-anti-lgbtqia-financiada-pela-disney.html> >

Cosmo Nerd (2022). The Owl House: conheça a série e saiba porque foi cancelada.

Publicada em 13 fev 2022. Acesso em 12 jun 2022. Disponível em < <https://cosmonerd.com.br/series/conheca-series/the-owl-house-conheca-a-serie-e-saiba-porque-foi-cancelada/> >

- Facchini, R. (2009). Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 3(04).
- Facchini R. (2018). Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. *História do movimento LGBT no Brasil*. Green, Quinalha, Caetano & Fernandes (orgs). 311-330. São Paulo, SP: Alameda.
- Feitosa, C. (2018). A participação social nos 40 anos de Movimento LGBT brasileiro. *História do movimento LGBT no Brasil*. Green, Quinalha, Caetano & Fernandes (orgs). pp.435-448. São Paulo, SP: Alameda.
- Fischer, R. M. B. (2002). O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e pesquisa*, 28, 151-162.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Furlani, J. (2011). Educação sexual na sala de aula – Relação de gênero, orientação sexual e proposta de igualdade étnica-respeito às diferenças. São Paulo: Grupo Autêntica.
- Gato, J., Carneiro, N. S., & Fontaine, A. M. (2011). Contributo para uma revisitação histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. 1(1), 139-167.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 6(1), 299-325.
- Green, J. N., Quinalha, R., Caetano, M. & Fernandes, M. (2018). Apresentação: 40 anos do movimento LGBT brasileiro. *História do movimento LGBT no Brasil*. Green, Quinalha, Caetano & Fernandes (orgs). pp. 9-14. São Paulo, SP: Alameda.
- Cardoso, H. M., de Oliveira A. L. & Dias, A. F. (2015). Marcas e aprendizagens da heteronormatividade em filmes infantis. *Revista Espaço Do Currículo*, 8 (2).

- Herek, G. M. (2007). Confronting sexual stigma and prejudice: Theory and practice. *Journal of social issues*, 63(4), 905-925.
- Jordão, P. (2021) Veja o que cada letra LGBTQIAP+ significa. (website) Acessado em 27 set 2021. Disponível em < <https://queer.ig.com.br/2021-02-11/veja-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqiap.html> >
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Edusc.
- Lima, C. A. R., Costa, M., Januário, S. M. B. B., Cavalcanti, G. K. M., Gouveia, D. M., & dos Santos, T. O. C. (2022). Dispositivo pedagógico da mídia e representações de gênero e sexualidade em: She-Ra and the Princesses of Power. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social" Disertaciones"*, 15(1).
- Machado, F. V. K., Gonzatti, C., & Esmitez, F. (2018). E elxs viverão felizes para sempre? (In) visibilidades de personagens LGTBs em produções da Disney como força propulsora de cibercontecimentos. *Comunicação Mídia e Consumo*, 15(43), 386-412.
- McRae, E. (2018). Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. *História do movimento LGBT no Brasil*. Green, Quinalha, Caetano & Fernandes (orgs). São Paulo, SP: Alameda. 39-62
- Melo et al., (2021). Análise qualitativa: A utilização do discurso do sujeito coletivo em psicologia da saúde. *Estratégias metodológicas de pesquisa em psicologia clínica*. Seidl, E. M. F., Queiroz, E., Iglesias, F. & Neubern, M. (Orgs). Coleção Psicologia Clínica e Cultura. Vol 6.
- Meneses, S., Reis, S., Duarte, S., & Baére, F. (2020). Acolhimento às pessoas LGBTQI+ nos serviços de saúde. Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal.
- Milani, D. (2017). Culturas Juvenis, Tecnologias da Informação e Comunicação e Contemporaneidade. *Revista Labor*, 1(11), 116-126.

- Minayo, M. C. S. & Costa, A. P. (2018) Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139-153.
- Minayo, M. C., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada.
- Moscovici, S. (2007). Representações sociais: investigações em psicologia social. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007
- Nizet, J., & Rigaux, N. (2016). *A sociologia de Erving Goffman*. Editora Vozes Limitada.
- Oliveira, F.O & Werba, G.C. (2003). Representações Sociais. In: *Psicologia Social Contemporânea*. Livro-texto. 8ªed Petrópolis/RJ: Vozes. 2003, 104-117.
- de Oliveira, M. (2019). Transfeminicídio: Análise da dessubjetivação das pessoas trans na sociedade brasileira. *Revista De Movimentos Sociais E Conflitos*, 5(1), 26-41.
- Rosa, C., & Felipe, J. (2018). Cultura Digital e Infâncias: Articulações entre crianças, drag queens e Educação. *Textura: Canoas*, 20(44), 190-209.
- Scott, J. (2005). O Enigma da Diferença. *Revista de Estudos Feministas*. 14(1), 11-30.
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. 9ª ed. AMGH Editora.
- Veras, E. F., (2018). Travestis: visibilidade e performatividade de gênero no tempo farmacopornográfico. *História do movimento LGBT brasileiro*. (Green, Quinalha, Caetano & Fernandes (orgs). p. 347-356. São Paulo, SP: Alameda.

## Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pesquisas Virtuais

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo **REPRESENTATIVIDADE LGBTQI+ EM NARRATIVAS AUDIOVISUAIS**, desenvolvido por pesquisadoras do UNICEUB. O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que visa assegurar seus direitos como participante.

Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo.

A pesquisa tem como objetivo identificar o nível de representatividade tido nas narrativas midiáticas “A Hora de aventura”, “Steven Universo”, “A Casa da Coruja” e “She-ra e as Princesas do Poder” por pessoas que se identifiquem como membros da comunidade LGBTQI+.

Sua participação consiste em assistir trechos das narrativas “A Hora de Aventura”, “She-ra e as Princesas do Poder”, “Steven Universo” e “A Casa da Coruja” e em seguida responder a alguns questionamentos sobre a representatividade LGBTQI+ nessas narrativas audiovisuais. Lembrando que não há respostas e pensamentos certos ou errados, mas sim sua visão sobre o tema, podendo trazer de maneira livre e espontânea outras questões relacionadas à discussão. A entrevista será gravada para que possa ser transcrita futuramente. Vale ressaltar que a divulgação das informações se dará de maneira anônima e ninguém que não esteja relacionado academicamente ao estudo entrará em contato com suas informações pessoais e com a gravação.

Este estudo possui riscos moderados, tais como a entrevista ser interrompida por questões de conexão ou energia, o possível vazamento de informações para pessoas que compartilhem o local da entrevista e incômodos relacionados à discussão sobre a temática LGBTQI+. Para que esses riscos sejam minimizados, aconselha-se o uso de fones de ouvido e a escolha de um cômodo/local mais reservado para a realização da entrevista, assegurar-se se seu dispositivo está carregado e com boa conexão e caso haja algum desconforto relacionado à temática, outra pergunta poderá ser feita ou a entrevista poderá ser encerrada ao seu comando.

Com sua participação nesta pesquisa você poderá ajudar na compreensão sobre a representatividade da comunidade LGBTI+ nas narrativas audiovisuais e na mídia em geral, sendo possível abranger as percepções sobre como as minorias se sentem representadas e quais outras maneiras esse discurso poderia ser emergido na nossa sociedade.

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar. Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis. Também deverá ser esclarecido quanto ao direito do participante de responder qualquer pergunta.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas. Os dados e instrumentos utilizados (por exemplo, fitas, entrevistas, questionários) ficarão guardados sob a responsabilidade de **Camila Carvalho Furtado** com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma dúvida referente aos objetivos, procedimentos e métodos utilizados nesta pesquisa, entre em contato com os pesquisadores responsáveis pelo [camila.carvalhof@sempreceub.com](mailto:camila.carvalhof@sempreceub.com) ou (61)99994-0270. Também, se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP-UniCEUB), que aprovou esta pesquisa, pelo telefone **3966-1511** ou pelo e-mail **cep.uniceub@uniceub.br**. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Para maiores informações sobre a realização de pesquisas em ambientes virtuais seguem as **Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual (Conep, 2021)**

Ministério da Saúde  
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde  
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

## **ORIENTAÇÕES PARA PROCEDIMENTOS EM PESQUISAS COM QUALQUER ETAPA EM AMBIENTE VIRTUAL**

Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) orienta pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação a procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa, em ambiente virtual. Tais medidas visam preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes de pesquisa.

Estas orientações quando aplicadas aos participantes de pesquisa em situação de vulnerabilidade devem estar em conformidade com as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016.

Entende-se por:

Meio ou ambiente virtual: aquele que envolve a utilização da internet (como e-mails, sites eletrônicos, formulários disponibilizados por programas, *etc.*), do telefone (ligação de áudio, de vídeo, uso de aplicativos de chamadas, *etc.*), assim como outros programas e aplicativos que utilizam esses meios.

Forma não presencial: contato realizado por meio ou ambiente virtual, inclusive telefônico, não envolvendo a presença física do pesquisador e do participante de pesquisa.

Dados pessoais: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), tais como números de documentos, de prontuário, etc.

Dados pessoais sensíveis - dados sobre origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (artigo 5º da LGPD nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Nesse sentido, aplicam-se as seguintes orientações nas pesquisas com seres humanos que envolvam essas ferramentas:

#### **EM RELAÇÃO À SUBMISSÃO DO PROTOCOLO AO SISTEMA CEP/CONEP:**

O pesquisador deverá apresentar na metodologia do projeto de pesquisa a explicação de todas as etapas/fases não presenciais do estudo, enviando, inclusive, os modelos de formulários, termos e outros documentos que serão apresentados ao candidato a participante de pesquisa e aos participantes de pesquisa.

O pesquisador deverá descrever e justificar o procedimento a ser adotado para a obtenção do consentimento livre e esclarecido, bem como, o formato de registro ou assinatura do termo que será utilizado.

Caberá ao pesquisador destacar, além dos riscos e benefícios relacionados com a participação na pesquisa, aqueles riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Adicionalmente, devem ser informadas as limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação.

Quando os Registros de Consentimento Livre e Esclarecido / Termos de Consentimento Livre e Esclarecido forem documentais, devem ser apresentados, preferencialmente, na mesma formatação utilizada para visualização dos participantes da pesquisa.

#### **EMRELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS QUE ENVOLVEM CONTATO ATRAVÉS DE MEIO VIRTUAL OU TELEFÔNICOS COM OS POSSÍVEIS PARTICIPANTES DE PESQUISA:**

O convite para participação na pesquisa não deve ser feito com a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados de contato (e-mail, telefone, etc) por terceiros.

Qualquer convite individual enviado por e-mail só poderá ter um remetente e um destinatário, ou ser enviado na forma de lista oculta.

Qualquer convite individual deve esclarecer ao candidato a participantes de pesquisa, que antes de responder às perguntas do pesquisador disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual (questionário/formulário ou entrevista), será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ou Termo de Assentimento, quando for o caso) para a sua anuência.

Quando a coleta de dados ocorrer em ambiente virtual (com uso de programas para coleta ou registro de dados, e-mail, entre outros), na modalidade de consentimento (Registro ou TCLE), o pesquisador deve enfatizar a importância do participante de pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico.

Deve-se garantir ao participante de pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Caso tenha pergunta obrigatória deve constar no TCLE o direito do participante de não responder a pergunta.

Deve-se garantir ao participante de pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada.

O participante de pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento.

Quando a pesquisa em ambiente virtual envolver a participação de menores de 18 anos, o primeiro contato para consentimento deve ser com os pais e/ou responsáveis, e a partir da concordância, deverá se buscar o assentimento do menor de idade.

Caberá ao pesquisador responsável conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada quanto a coleta de informações pessoais, mesmo que por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços de maneira a assegurar os aspectos éticos.

Deve ficar claro ao participante da pesquisa, no convite, que o consentimento será previamente apresentado e, caso, concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário/formulário ou entrevista da pesquisa.

Ficam excetuados os processos de consentimento previstos no Art. 4º da Resolução CNS nº 510 de 2016.

Caberá ao pesquisador explicar como serão assumidos os custos diretos e indiretos da pesquisa, quando a mesma se der exclusivamente com a utilização de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso ou já de propriedade do mesmo.

#### **COM RELAÇÃO À SEGURANÇA NA TRANSFERÊNCIA E NO ARMAZENAMENTO DOS DADOS:**

É da responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa.

Uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

O mesmo cuidado deverá ser seguido para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. É recomendado ao pesquisador responsável fazer

o *download* dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Em consonância ao disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 9 inciso V), para os participantes de pesquisas que utilizem metodologias próprias das Ciências Humanas e Sociais, deve haver a manifestação expressa de sua concordância ou não quanto à divulgação de sua identidade e das demais informações coletadas.

#### **QUANTO AO CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS TRAMITADOS:**

Os documentos em formato eletrônico relacionados à obtenção do consentimento devem apresentar todas as informações necessárias para o adequado esclarecimento do participante, com as garantias e direitos previstos nas Resoluções CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016 e, de acordo com as particularidades da pesquisa.

O convite para a participação na pesquisa deverá conter, obrigatoriamente, *link* para endereço eletrônico ou texto com as devidas instruções de envio, que informem ser possível, a qualquer momento e sem nenhum prejuízo, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa. Nessas situações, o pesquisador responsável fica obrigado a enviar ao participante de pesquisa, a resposta de ciência do interesse do participante de pesquisa retirar seu consentimento

Nos casos em que não for possível a identificação do questionário do participante, o pesquisador deverá esclarecer a impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro / consentimento.

Durante o processo de consentimento, o pesquisador deverá esclarecer o participante de maneira clara e objetiva, como se dará o registro de seu consentimento para participar da pesquisa.

Quando a pesquisa na área biomédica exigir necessariamente a presença do participante de pesquisa junto à equipe, o TCLE deverá ser obtido na sua forma física, de acordo com o previsto na Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.5.d. Esse consentimento deverá ser obtido ainda que o participante de pesquisa já tenha registrado o seu consentimento de forma eletrônica em etapa anterior da pesquisa. Os casos não contemplados neste documento, conflitantes ou ainda não previstos nas resoluções disponíveis, serão avaliados pelos colegiados do Sistema CEP/Conep.

JORGE ALVES DE ALMEIDA VENANCIO  
Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Venâncio, Administrador(a)**, em 24/02/2021, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0019229966** e o código CRC **0523ABC3**.

---

**Referência:** Processo nº  
25000.026908/2021-15

SEI nº 0019229966

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP  
SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D Edifício PO 700, 3º andar - Bairro Asa Norte, Brasília/DF,  
CEP 70719-040  
Site - [saude.gov.br](http://saude.gov.br)

**Anexo II - Roteiro de entrevista semiestruturada**

1. Na sua opinião, você como parte da comunidade LGBTQI+ se sente representada nessas referências mostradas?
2. Qual o nível de importância você dá para a existência de personagens LGBTQI+ nas narrativas audiovisuais (desenhos animados, filmes, séries, etc.)?
3. Atualmente, como você avalia a qualidade da representatividade em peças ficcionais?
4. Qual é a importância em ter personagens LGBTQI+ em produções *child friendly* (como os desenhos animados infanto-juvenis)?
5. O que você gostaria que as narrativas midiáticas abordassem que atualmente elas ainda não abordam?
6. Já houve alguma representação de um personagem LGBTQI+ na mídia que não te agradou? Se sim, por quais motivos?
7. Gostaria de trazer algo a mais para essa discussão que você ainda não disse, mas que acha importante?